



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

148.

Apelação Cível nº 0005952-98.2010.8.17.0480 (0246094-2)

Relator: Desembargador Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima

Apelante: Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Apelado: M.A. Santana Calçados

EMENTA. DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INCLUSÃO NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE DO ARBITRAMENTO DA INSTÂNCIA INFERIOR. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. A prova é na direção de que a concessionária do serviço público de fornecimento de água, ao proceder com o registro cadastral interno da unidade consumidora, anotou, por erro ou falha dos seus prepostos, como contratante pessoa diversa sobre a qual se imputa o débito que originou inscrição junto aos serviços de proteção ao crédito.

2. A inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, qualificando-o, em via de consequência, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador, configura dano moral indenizável, que, no caso, opera-se *in re ipsa*, vale dizer em decorrência da ilicitude do ato praticado, independente de qualquer outro efetivo prejuízo.

3. À míngua de critérios estritamente objetivos definidos em lei para a fixação da indenização por dano moral, o valor arbitrado pelo juiz a quo, quando não seja vil ou exorbitante, deve ser mantido.

4. O arbitramento por dano moral decorrente tão só da inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros do SERASA, sem qualquer outro prejuízo, na importância de R\$ 10.000,00(dez



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

149

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

mil reais), em valores de maio de 2010, não se revela exorbitante.

5. A alteração de ofício do termo inicial dos juros de mora, por constituir matéria de ordem pública, não representa ofensa ao princípio do *non reformatio in pejus*. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

6. Ante o diminuto valor da base de cálculo dos honorários advocatícios e a fim de evitar seja a verba honorária estipulada em valor irrisório, é de se ter como adequado o percentual de 20% sobre o valor da condenação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº 0246094-2, acordam os Desembargadores da Câmara Extraordinária Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, em NEGAR provimento ao recurso, e, de ofício, reformar a sentença para fazer incidir os juros de mora a partir do evento danoso, mantendo a correção monetária, pela Tabela do ENCOGE, a partir do arbitramento, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 19.05.2014.


Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

Apelação Cível nº 0005952-98.2010.8.17.0480 (0246094-2)

Relator: Des. Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima

Apelante: Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Apelado: M.A. Santana Calçados

RELATÓRIO

Cuida-se, na origem, de ação de indenização por dano moral ajuizada por **M.A. Santana Calçados** em face de **Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA**, sob o argumento de que a parte ré promoveu, sem justa causa, a inscrição do seu nome nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito (SERASA).

Advoga, em síntese, que é usuária da unidade consumidora situada na 1ª Trav. Saldanha da Gama, 39, Bairro Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, sendo certo que o débito das faturas de fevereiro e abril de 2010, que levou à anotação no órgão de proteção ao crédito (SERASA), é relativo à unidade localizada na Rua Capitão Luis do Reis, nº 177, Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE.

Acrescenta que o contrato de prestação de serviço de fornecimento de água da unidade consumidora localizada na Rua Capitão Luis do Reis, nº 177, Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, foi firmado com Sandro Rogério de Lira, no ano de 2009 e, a partir de 04.06.2010, com Divino Luiz da Silva.

Após regular processamento, a sentença julgou procedente o pedido para condenar a parte ré ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescidos de juros de mora à razão de 1% ao mês e correção monetária, incidindo a partir do arbitramento.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

Inconformada, a Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA interpõe apelação, pugnando pela não configuração do dano moral ou a redução do quantum arbitrado pelo juiz a quo. Pede, ainda, para que os juros de mora e a correção monetária incidam a partir da citação, e não do arbitramento, e que os honorários advocatícios sejam arbitrados no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

Sem revisão. Malgrado o processo tenha tramitado sob o rito ordinário, a causa tem valor não excedente a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo e não houve reconhecimento da complexidade da matéria pelo juiz a quo. Assim, incide, na hipótese, o disposto no artigo 551, § 3º, do Código de Processo Civil, na sua interpretação teleológica.

É o relatório.

Inclua-se em pauta de julgamento.

Recife, 10/09/2014


Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

150

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

Apelação Cível nº 0005952-98.2010.8.17.0480 (0246094-2)

Relator: Desembargador Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima

Apelante: Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Apelado: M.A. Santana Calçados

VOTO

Advoga a apelante, em síntese apertada, que consta dos seus registros internos como ocupante da unidade consumidora situada na Rua Capitão Luis do Reis, nº 177, Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, a empresa M.A. Santana Calçados.

A lume da documentação trazida à colação, em especial o Certificado de Registro da empresa M.A. Santana Calçados na Junta Comercial, verifica-se que a Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, ao cadastrar internamente a unidade consumidora em referência, anotou, por erro ou falha dos seus prepostos, como contratante a apelada.

Diante dessa prova, a concessionária tem a carga ou ônus de fazer a contraprova para, assim, elidi-la. A concessionária, por óbvio, tem amplas e facilitadas condições de demonstrar o aperfeiçoamento do contrato com a empresa M.A. Santana Calçados. Nas relações de consumo a distribuição do ônus da prova não está ligada ao princípio clássico da correlação do que se alega, segundo o qual ao autor incumbe a prova quanto ao fato constitutivo do seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Nos processos envolvendo lide de consumo, vigorando o princípio da inversão do ônus da prova (artigo 6º, VIII), o que deve prevalecer na seara da distribuição do ônus da prova é o princípio da racionalidade ou razoabilidade. Exigir do usuário prova de que não firmou contrato relativo à unidade consumidora situada na Rua Capitão Luis do Reis, nº 177, Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, significa impor ônus, na prática, intransponível. Esse ônus pertence ao fornecedor porque mais habilitado para fazê-lo.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

151

Assim, tem-se que a inclusão do nome da apelada nos órgãos de proteção ao crédito foi indevida.

Como consolidado no Direito jurisprudencial, a inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, qualificando-o, em via de consequência, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador, configura dano moral indenizável, que, no caso, opera-se *in re ipsa*, vale dizer em decorrência da ilicitude do ato praticado, independente de qualquer outro efetivo prejuízo.

Por outro lado, à míngua de critérios estritamente objetivos definidos em Lei para a fixação da indenização por dano moral, o valor arbitrado pelo juiz a quo, quando não seja vil ou exorbitante, deve ser mantido.

O arbitramento por dano moral decorrente tão só da inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros do SERASA, sem qualquer outro prejuízo, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em valores de maio de 2010, não se revela exorbitante.

A correção monetária deve ser realizada pela tabela ENCOGE, a partir do arbitramento, conforme a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, e os juros de mora aplicados à taxa de 1% ao mês, a partir do evento danoso, por ser a responsabilidade extracontratual.

Assim, malgrado o juiz a quo tenha adotado critério mais favorável à apelante, para fazer incidir os juros de mora à razão de 1% ao mês e correção monetária, tudo a partir do arbitramento, tenho que, cuidando-se de matéria de ordem pública, consoante assente jurisprudência do C.STJ, a sentença, neste particular, pode ser corrigida de ofício, sem ofensa ao princípio do *non reformatio in pejus*.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

152

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. AÇÃO PROPOSTA PELO TERCEIRO BENEFICIÁRIO. PRESCRIÇÃO. PRAZO DECENAL. **CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. ALTERAÇÃO DO TERMO INICIAL DE OFÍCIO EM APELAÇÃO. POSSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.**

(...)

3. A matéria relativa aos juros de mora e à correção monetária é de ordem pública, pelo que a alteração do termo inicial de ofício no julgamento de recurso de apelação pelo tribunal na fase de conhecimento do processo não configura reformatio in pejus.

4. Agravo regimental não provido.

(STJ - AgRg no AREsp: 455281 RS 2013/0420005-0, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 10/06/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2014) - Grifei.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. SUPRIMENTO ALIMENTAR PARA ANIMAIS DEFEITUOSO. QUEDA DE PRODUTIVIDADE DO REBANHO. NEXO DE CAUSALIDADE. DIREITO COMUM, SEM APLICAÇÃO DO CDC, DEVIDO A TRATAR-SE DE INSUMOS RELATIVOS A GRANDE PRODUTOR RURAL. COMPROVAÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO LAUDO. INDEFERIMENTO DE PERÍCIAS SUPLEMENTARES. EXTENSÃO DOS LUCROS CESSANTES. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO. PRECLUSÃO. PROCESSO CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. **JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA CITAÇÃO NO PROCESSO CAUTELAR.**

(...)

8.- Os juros de mora constituem matéria de ordem pública sendo possível a alteração, de ofício, não apenas do seu percentual, mas também do seu termo inicial. Precedentes.

(...).

(Resp 1432859/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 25/06/2014) - Grifei.

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DANOS MORAIS E MATERIAIS - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DA RÉ.

(...)

2. "A alteração do termo inicial dos juros moratórios pelo Tribunal estadual, ainda que inexistente impugnação da outra parte, não caracteriza julgamento extra petita ou reformatio in pejus." (AgRg no Ag 1114664/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2010, DJe 15/12/2010)

3. Agravo regimental desprovido.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

153

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima
(AgRg no REsp 1403195/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI,
QUARTA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 25/03/2014) -
Grifei.

Requer, ainda, a apelante que os honorários sejam arbitrados no aporte de 10% sobre o valor da condenação.

Ante o diminuto valor da base de cálculo dos honorários advocatícios e a fim de evitar seja a verba honorária estipulada em valor irrisório, é de se ter como adequado o percentual de 20% estipulado.

Isto posto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO AO APELO e, de ofício, reformar a sentença para fazer incidir os juros de mora a partir do evento danoso, mantendo a correção monetária, pela Tabela do ENCOGE, a partir do arbitramento.

Recife, 19.09.2014


Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator